



## ORÇAMENTO 2017

Tendo em vista a satisfação das necessidades do concelho de Celorico da Beira, torna-se imperativa uma previsão anual das despesas a efetuar e das receitas a arrecadar pelo Município de acordo com os princípios legais vigentes. É da responsabilidade da Câmara Municipal através do seu Órgão Executivo, a elaboração de documentos previsionais (Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal) assentados no princípio da autonomia financeira e administrativa dos municípios, devendo estes ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para votação até 31 de Outubro de cada ano, conforme o disposto no nº 1 do art. 45º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro (Lei das Finanças Locais).

O Orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do concelho no curto e no médio e longo prazo, estando refletidos no mesmo todos os encargos previstos para o ano a que diz respeito, bem como as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental.

De acordo com os dados mais recentes divulgados pela DGAL, a situação financeira do Município de Celorico da Beira obriga a que o Município recorra aos mecanismos de recuperação financeira previstos na atual Lei das Finanças Locais. No entanto, ao contrário do que sucedeu em anos transatos, em 2015 e 2016 a dívida total em cada um dos anos foi inferior a três vezes a média das receitas correntes dos três anos anteriores, isto significa que o Município já não se encontra em situação de recuperação financeira, mas sim, em situação de saneamento financeiro de acordo com os critérios da Lei das Finanças Locais. Não estando em situação de recuperação financeira, o Município já não se encontra em situação de adesão obrigatória ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), pelo que á data de aprovação deste orçamento, o Município já comunicou ao FAM a intenção de suspender a adesão a que estava anteriormente obrigado, optando-se então pela adesão a um programa de saneamento financeiro. O saneamento financeiro previsto na Lei das Finanças Locais, não tem imposições tão restritivas como o FAM a nível financeiro, e permite uma maior autonomia e controlo



interno por parte da autarquia, o que trás diversas vantagens que serão discutidas em sede própria e em tempo útil. Assim, o orçamento agora apresentado não tem em consideração as imposições ao nível da receita e despesa orçamental previstas do plano de ajustamento financeiro aprovado em 2015 pelo FAM, mas no entanto segue os mesmos princípios de limitação da despesa à receita que se estima arrecadar efetivamente.

O orçamento e o respetivo plano plurianual de investimentos (PPI) agora apresentados apresentam um grande valor de investimentos financiados por fundos comunitários. Esses investimentos resultam de diversas candidaturas apresentadas no âmbito do Portugal 2020, cujos sucessivos atrasos do próprio programa, implicou que diversos projetos que poderiam ter sido executados ao longo dos últimos anos, só agora tenham as respetivas fases de candidatura a decorrer, o que leva a que esses mesmos projetos tenham de ser executados num espaço mais curto de tempo. O PPI prevê só para 2017 cerca de três milhões de euros de investimentos cofinanciados (em contraste com os cerca de quinhentos mil euros 2016), sendo a maior parte dos projetos financiados a 85%, projetos esses que serão detalhados mais à frente aquando da análise da despesa. A execução destes projetos está dependente da aprovação das respetivas candidaturas, e dos fundos disponíveis do Município para assumir as respetivas componentes nacionais.

Este orçamento também tem em consideração a internalização da empresa municipal detida a 100% pelo Município (EMCEL - Empresa Municipal Celoricense, NIF: 504753290) cuja participação está contabilizada pelo valor de 1.216.699,13€, em que a respetiva internalização nos termos da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, foi deliberada a 28-12-2015. Foram previstas essencialmente as despesas com pessoal a integrar no município, bem como despesas correntes com aquisição de bens e serviços relativas às atividades internalizadas.

Assim sendo, apresenta-se por este meio o Orçamento do Município de Celorico da Beira para vigorar em 2017, elaborado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de



Setembro e pelos Decretos-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e n.º 84-A/2002 de 5 de Abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro. No que respeita às classificações económicas, estas têm como base de especificação o classificador económico das receitas e despesas públicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, com as suas devidas alterações. Relativamente às classificações orgânicas considerou-se o disposto no ponto 2.3.2. do POCAL e no Ofício Circular n.º 6 de 2002.03.19 da Direção Geral das Autarquias Locais, optando-se por não aplicar o classificador orgânico criando-se apenas dois órgãos, “01- Assembleia Municipal” e “02 - Câmara Municipal”, à semelhança do aplicado nos orçamentos dos anos anteriores. No cumprimento dos princípios orçamentais determinados pelo POCAL, pela Lei das Finanças Locais e pela Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto), apresenta-se um orçamento único e anual, que contém a previsão de todas as receitas e despesas esperadas para o ano civil de 2017.

De acordo com o art. 44º da Lei das Finanças Locais, os municípios deveriam apresentar um quadro plurianual de programação orçamental, que deveria definir as receitas e despesas para os quatro exercícios seguintes, mas no entanto de acordo com a circular nº 82/2016 da ANMP alusivo à circular n.º 108/2014, o referido quadro plurianual carece de regulamentação específica que ainda não existe, pelo que não estão criadas as condições para o cumprimento do art. 44º da Lei das Finanças Locais. De qualquer modo, com a aprovação de um plano de recuperação financeira ou de saneamento financeiro, serão definidos os limites orçamentais para os anos seguintes, limites esses que deverão ser vinculativos.

O Orçamento para 2017 à semelhança do ano anterior, prevê desde já para além da despesa do ano, as dívidas em atraso que deverão ser cobertas pelo financiamento a obter no âmbito do acesso aos mecanismos de recuperação financeira. Assim, o orçamento engloba a totalidade das dívidas e não apenas a despesa prevista para 2017. Seguidamente será dada uma breve explicação dos critérios utilizados para as previsões da receita e despesa sendo apresentados quadros resumo, que irão discriminar os montantes das receitas e despesas de 2017, bem como o montante da dívida, para uma melhor análise.



## Receitas

No que diz respeito às receitas correntes relativas a impostos, taxas e tarifas, estas foram calculadas segundo o critério do ponto 3.3 do POCAL, que obriga a utilização da média aritmética dos últimos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento, bem como também foram previstas algumas receitas resultantes da internalização da EMCEL. Este critério foi utilizado noutras receitas cuja previsão seja difícil de calcular tais como as vendas de bens e serviços. Relativamente às receitas do IMI, o fim da cláusula de salvaguarda permitiu um aumento da receita deste imposto face a anos anteriores, mas dada a volatilidade legal atualmente existente sobre este imposto, não nos é possível estimar corretamente um valor, pelo que se considerou apenas a média dos últimos dois anos por uma questão de prudência. Relativamente às taxas prevê-se isenções de taxas até ao montante 20.000€, devendo esse limite ficar definido com a aprovação deste orçamento em Assembleia. As transferências correntes e de capital foram calculadas de acordo com as previsões de transferência de verbas por parte da administração central. De acordo com a proposta de Orçamento de Estado apresentada pelo governo, teremos os seguintes valores de fundos estatais para o Município de Celorico da Beira:

	FEF			FSM	IRS	Total
	Corrente	Capital	Total FEF			
<b>2017</b>	4.880.259	542.251	5.422.510	153.723	136.736	<b>5.712.969</b>

Estes valores de transferências estatais na totalidade representam um aumento de 2,9% face ao ano anterior.

Em 2017 dever-se-á também realizar uma revisão orçamental para transitar o saldo orçamental de 2016, que constituirá uma eventual receita adicional, mas que só poderá ser tida em consideração após o encerramento das contas de 2016. Esta transição do saldo de 2016 para 2017, permitirá reforçar algumas rubricas de despesa caso seja necessário, ou a antecipação de alguns projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos. Os fundos comunitários a receber foram calculados de

## Município de Celorico da Beira - Orçamento 2017



acordo com as comparticipações a atribuir nas candidaturas que se prevê que sejam aprovadas, no próximo quadro comunitário.

Assim, em resumo temos as seguintes previsões de receita:

Receita	2017
Impostos diretos	1.290.030 €
Impostos indiretos	16.280 €
Taxas, multas e outras penalidades	90.965 €
Rendimentos de propriedade	60 €
Transferências Correntes	5.642.978 €
Venda de bens e serviços correntes	1.142.013 €
Outras receitas correntes	5.475.802 €
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>13.658.128 €</b>
Vendas de bens de investimento	110 €
Transferências de capital	3.271.868 €
Passivos Financeiros	10 €
Outras receitas de capital	6.161.335 €
Reposições não abatidas nos pagamentos	10 €
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>9.433.334 €</b>
	<b>23.091.461 €</b>



## Despesas

Relativamente às despesas correntes, as relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a média da despesa dos últimos doze meses (tendo por base as despesas de setembro de 2015 a setembro de 2016), à exceção das situações cujas despesas estão previstas em contratos onde se previu as despesas dos compromissos plurianuais. Os encargos com juros foram calculados de acordo com dados fornecidos pelas instituições bancárias, bem como uma estimativa para eventuais juros moratórios de deverá ser ajustada ao longo do ano de 2017. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para 2017, que se encontra anexo ao Orçamento. Estão previstas igualmente despesas correntes com os diversos eventos a realizar em 2017, com base nas informações fornecida pelas diversas secções do Município.

As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projetos a decorrer bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe a realizar entre 2017 e 2020, podendo estas rubricas ser verificadas no Plano Plurianual de Investimentos, sendo que a grande parte das despesas só serão realizadas se as mesmas forem efetivamente co-financiadas por fundos comunitários, estando-se ainda à data de elaboração deste documento, a aguardar ainda a aprovação das candidaturas no âmbito do Centro 2020. Dentro das obras que o Município se propõe a realizar até 2018, deve-se salientar a prioridade nos investimentos previstos na área da educação, nomeadamente a requalificação das escolas EB1 da Lajeosa do Mondego e de Stª Luzia, bem como a reconstrução da Escola EB 2/3 Sacadura Cabral, cujos investimentos previstos totalizam 3.529.469,69€. Deve-se igualmente salientar a importância do investimento previsto em requalificação de infraestruturas de saneamento no valor de 427.944,58€, que visa a requalificação de diversos sistemas de tratamento de águas residuais no concelho, através de uma candidatura ao PO SEUR. Em resumo, estão previstos no PPI os seguintes investimentos cofinanciados com fundos comunitários entre 2017 e 2019:

Requalificação de Escolas EB1 Lajeosa e Stª Luzia	1.176.528,51
Reconstrução EB 2/3 Sacadura Cabral	2.352.941,18
Requalificação do Mercado Leilão Gado	450.000,00
Requalificação Largo Tabulado	150.000,00

## Município de Celorico da Beira - Orçamento 2017



Edifício de apoio ao Parque de Estacionamento e Centro Histórico	182.000,00
Requalificação do Largo da Corredoura e relocalização do Monumento de Nossa Senhora de Fátima	185.765,00
Requalificação Praça Stª Maria - Largo 5 Outubro	121.000,00
Requalificação do Largo Tenente Coronel Alberto Magalhães Osório	161.374,69
Plano de eficiência energética Beiras e Serra da Estrela - Iluminação Pública	411.764,71
Plano de eficiência energética Beiras e Serra da Estrela - Piscinas	235.294,12
Conservação do património natural e cultural	305.095,29
Programa Modernização Administrativa Beiras e Serra da Estrela	195.950,00
Requalificação de infra estruturas de saneamento – PO SEUR	427.944,58
	<b>6.355.658,08</b>

Para além destes investimentos, existem outros projetos cofinanciados a realizar em parceria com a Associação de Municípios da Cova da Beira, e com a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, cujas dotações podem ser consultadas nas grandes opções do plano.

As despesas com empréstimos resultam dos mapas previsionais disponibilizados pelas diversas entidades bancárias, bem como através das negociações com entidades bancárias. Nas despesas de capital estão ainda incluídos os valores relativos a bens a adquirir e transferências de capital a conceder (subsídios). As despesas de capital incluem o montante de 64.600€ nos ativos financeiros, relativo à contribuição prevista do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), conforme o disposto no nº1 do art. 17º da Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto.

Tendo em conta a conjuntura económica atual, e à semelhança dos anos anteriores, para 2017 estão previstas diversas ações de carácter social, que visarão o acompanhamento da situação de munícipes em situação económica precária. Mediante as informações obtidas através do Gabinete de Ação Social, serão analisadas as medidas necessárias para auxiliar os munícipes em dificuldades, que poderão ser de apoio financeiro, apoio habitacional, ou outro tipo de apoio conforme as situações detetadas.

## Município de Celorico da Beira - Orçamento 2017



Assim, em termos de despesa temos as seguintes previsões:

<b>Despesa</b>	<b>2017</b>
Pessoal	3.679.113 €
Aquisição de Bens e Serviços	5.957.459 €
Juros e outros encargos financeiros	1.871.090 €
Transferências Correntes	250.834 €
Subsídios	40.010 €
Outras despesas correntes	235.221 €
<b>Despesas Correntes</b>	<b>12.033.727 €</b>
Aquisição de bens de capital	9.872.711 €
Transferências de capital	167.773 €
Activos financeiros	64.700 €
Passivos financeiros	952.530 €
Outras despesas de capital	20 €
<b>Despesas de capital</b>	<b>11.057.734 €</b>
	<b>23.091.461 €</b>

O Orçamento da despesa a aprovar para 2017 tem um valor global de 23.091.461€. A nível da receita o valor é também de 23.091.461€ tendo em consideração a necessidade de equilíbrio orçamental, de acordo com o previsto no POCAL. O equilíbrio orçamental de acordo com a nova Lei das Finanças Locais tem ainda em consideração o conceito de amortizações médias de empréstimos, que somadas às despesas correntes deverão ser inferiores às receitas correntes. Tendo em conta este pressuposto temos os seguintes valores para 2017:

<b>1 - Receitas Correntes</b>	13.658.128
<b>2 - Despesas Correntes</b>	12.033.727
<b>3 - Amortizações médias</b>	890.889
<b>Total (1-2-3)</b>	<b>733.511</b>

Tendo em consideração estes valores, podemos concluir que o orçamento para 2017 cumpre com o princípio de equilíbrio orçamental imposto pela Lei das Finanças Locais.





Este orçamento prevê então cerca de doze milhões de dívidas a fornecedores (dívida de empréstimos não incluída), que deverão ser compensados pela receita com financiamentos a obter através dos mecanismos de recuperação financeira previstos da Lei das Finanças Locais. Os montantes da dívida foram estimados com os dados mais recentes, mas poderão estar sujeitos a alterações conforme o decorrer da atividade do Município até ao final do ano de 2016, pelo que o montante exato a transitar para 2017 só será efetivamente conhecido no início do próximo ano. Nessa altura poderá ter que se realizar uma alteração orçamental de modo a ajustar os valores de algumas rubricas para garantir a transição de toda a dívida. Todos os projetos relevantes estão discriminados no Plano Plurianual de Investimentos, bem como no mapa das Atividades Mais Relevantes, que em conjunto constituem as Grandes Opções do Plano, cujos mapas estão anexos ao Orçamento.

Ao invés do que sucedeu no ano anterior, e tendo em consideração o mencionado no início deste relatório, o Município solicitou a suspensão da adesão ao FAM, pelo que as imposições previstas no artigo 31.º da Lei 53/2014 de 25 de agosto, e pela Lei das Finanças Locais relativas a um parecer prévio do FAM, não se aplicarão este ano. Assim, o Orçamento e GOP's de 2017 deverão ser aprovadas em reunião de Executivo e posteriormente remetidas à Assembleia Municipal.

O Presidente da Câmara

---

José Francisco Gomes Monteiro (Eng.º)